

A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA NA GESTÃO E MANEJO DO PATRIMÓNIO ESPELEOLÓGICO DO PARQUE ESTADUAL DE CAMPINHOS – PR, BRASIL

LIMA, Flavia F.¹ e SILVA-DA-ROCHA, L. F.

1 - GEEP – Açungui / D.C.T., Universidade do Minho

O Parque Estadual de Campinhos (PEC) foi criado em 1960 com o objectivo principal de proteger as grutas do Conjunto Jesuítas/Fada, que representam um dos monumentos naturais de maior importância do património espeleológico do Estado do Paraná, Brasil.

Tanto o Brasil como o Paraná apresentam inúmeras áreas de conservação, porém estudos indicam que estas áreas são insuficientes para garantir uma representatividade mínima de toda a diversidade existente. Somado a isso, existe ainda a falta de estrutura física e humana para gestão, manejo e fiscalização destas áreas por parte dos órgãos ambientais.

Ciente de toda a problemática, em 2002 o Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná-Açungui efectuou a revisão do Plano de Manejo do Parque (com fundos provindos do Fundo Nacional do Meio Ambiente-FNMA), sendo o foco principal centrado na revisão do zoneamento e dos programas de manejo, bem como das estratégias para sua efectiva implementação, além da criação e estruturação do Conselho Consultivo do PEC. Considerando que a conservação do PEC e de seu Património Espeleológico estão directamente ligadas ao ordenamento e a regulamentação das actividades desenvolvidas no parque e no seu entorno, iniciou-se em 2004 o projecto de “Implantação do Plano de Manejo do PEC” (novamente com recursos do FNMA) visando à implementação das actividades dos programas elaborados para o parque e sua Zona de Amortecimento, compatibilizando o uso público com a conservação de seus recursos naturais, bem como a sua integração com as comunidades locais.

A execução do presente projecto vem sendo realizada em uma parceria entre o gestor do Parque, Instituto Ambiental do Paraná (IAP), e o GEEP-Açungui, proponente do projecto. Esta parceria actua desde o apoio na gerência do PEC na implantação das

actividades previstas no actual Plano de Manejo; readequação e ampliação das infra-estruturas existentes, bem como capacitação do quadro funcional; desenvolvimento de acções educativas junto aos visitantes e comunidades do entorno, visando sensibilizá-los quanto à importância do parque no contexto regional.

Durante estes três anos de execução do projecto, inúmeras dificuldades foram encontradas no decorrer do processo, muito em virtude da morosidade, burocracia e falta de conhecimento técnico e comprometimento do IAP em todo o processo. Isso tornou-se um grande obstáculo, pois nenhuma estratégia para conservação de áreas naturais é possível sem o envolvimento e o efectivo comprometimento do poder público, responsável pela gestão destas áreas.

Por fim verificou-se que mais do que a necessidade de uma educação ambiental para o cidadão comum, necessitam-se de acções de educação ambiental voltadas para o próprio Estado, buscando a valorização das áreas naturais, através de seu efectivo comprometimento na execução e gestão da implementação e operacionalização das Áreas de Conservação, além das estratégias necessárias para a conservação ambiental.